

Análises: O Direito à Educação na Maré

4ª Edição

A 4ª edição do **ANÁLISES** investiga a atual estrutura e o orçamento público municipal e estadual destinado à educação pública na Maré, com atenção aos entraves às principais demandas educacionais do bairro, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde vivem 140 mil pessoas. Identificamos barreiras significativas ao direito à educação na Maré, que perpassam questões estruturais, administrativas e orçamentárias, além de impactos diretos da política de segurança pública e da gestão da pandemia de covid-19 na experiência escolar de cerca de 41 mil crianças e adolescentes que habitam o conjunto de 15 favelas. Enfrentar este quadro é fundamental e é dever do Estado.



A ESTRUTURA ATUAL DA REDE DE EDUCAÇÃO PÚBLICA NA MARÉ

A Constituição Brasileira define a educação básica como um direito de todos, sendo obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, e organizada em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O dever do Estado para com a educação é dividido entre todos os entes (governos federal, estadual e municipal), cabendo aos municípios, prioritariamente, a oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental; aos estados, a oferta do Ensino Médio; e ao governo federal cabe manter o sistema federal de ensino e coordenar a Política Nacional de Educação.

A educação pública na cidade do Rio de Janeiro é administrada tanto pela Secretaria Municipal de Educação (SME) quanto pela Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), cujas estruturas organizacionais subdividem a cidade para administrar escolas por região. As escolas localizadas na Maré são agrupadas junto às de outros bairros da Zona Norte da cidade, sob a área de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e da Diretoria Regional Metropolitana III, da SME e SEEDUC, respectivamente. Já a rede federal de ensino – que se estrutura na cidade através de universidades e institutos federais, escolas técnicas profissionalizantes e o Colégio Pedro II – não oferece nenhum equipamento de educação básica ou superior na Maré.

No conjunto de 15 favelas da Maré, há atualmen-

te 49 escolas públicas, sendo 45 municipais e 4 estaduais, onde estudam 17.080 alunos na rede municipal e 2.457 na rede estadual, num total de 19.537 estudantes.¹

Trata-se de um número relativamente elevado de escolas e alunos para a administração regional, se considerarmos que toda a 4ª CRE supervisiona um total de 166 unidades na Zona Norte, enquanto a 11ª CRE, da vizinha Ilha do Governador, tem apenas 43 unidades.

De fato, a Maré abriga uma rede de escolas maior que a de muitos municípios, como Nilópolis, que dispõe de 27 escolas e uma população de dimensões semelhantes às da Maré.² Por isso, e considerando os dados apresentados neste ANÁLISES, uma demanda fundamental para a ampliação do acesso e, da qualidade e da equidade do ensino na Maré **é a criação de uma CRE exclusiva para o bairro**, como forma de sanar diversas questões administrativas locais e a devida alocação de vagas para os moradores. Também cabe ponderar que esse número relativamente alto de escolas na Maré é recente e ainda insuficiente para atender as mais de 41 mil crianças e adolescentes de 0 a 17 anos que moram no bairro.³ Em 2011, eram 22 escolas municipais, em um bairro de cerca de

¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2024), "Censo Escolar 2023". <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

² O site da Prefeitura de Nilópolis indica uma listagem de 27 unidades escolares. <https://nilopolis.rj.gov.br/escolas/>

³ Em 2013, o Censo da Maré contabilizou 41.195 31.346 pessoas de 0 a 17 anos, sendo 33.407 mil em idade escolar (considerando-se a população de 4 a 17 anos). Vide: Redes da Maré (2019), "Censo Populacional da Maré". <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>

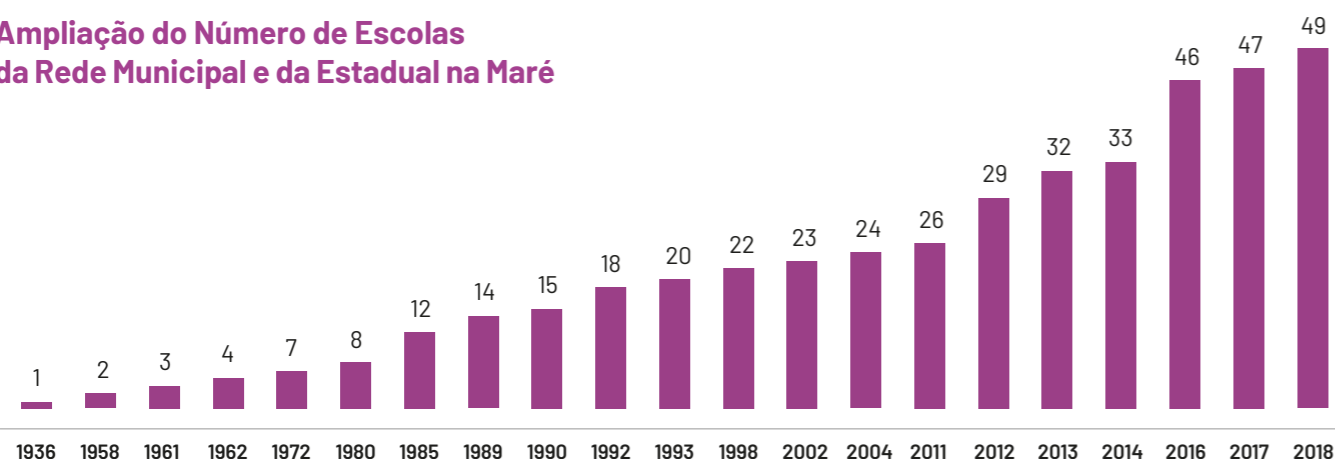
140 mil habitantes. A ampliação de escolas municipais nos últimos anos é resultado de políticas públicas educacionais relacionadas ao Plano Nacional de Educação 2014-2024,⁴ mas principalmente da mobilização de moradores e instituições locais.

Em 2010, o coletivo *Maré que Queremos*⁵ entregou ao então prefeito Eduardo Paes um documento que sistematizava os resultados das discussões e reflexões do conjunto de dirigentes das Associações de Moradores da Maré que, naquele momento, já se reunia há quase um ano para discutir uma proposta conjunta de transformações estruturais para a região. O documento apresentou propostas para várias áreas, inclusive para a educação, cuja demanda era o aumento do número de unidades escolares para Educação Infantil, Ensino Médio e para Educação de Jovens e Adultos.⁶ Em 2018, o grupo organizou um segundo documento com propostas atualizadas para os gestores estaduais e municipais, como demanda de construção de escolas em algumas favelas ainda não atendidas por determinados segmentos de ensino e a ampliação de atendimento para Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

A inauguração da quarta escola estadual da Maré, em 2018, o Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes, também foi fruto de muita articulação e mobilização entre a Secretaria Estadual de Educação, a Redes da Maré e a Associação de Moradores. O prédio da escola foi finalizado em 2015, mas por falta de manutenção regular não tinha condições ideais e seguras para os alunos e professores. A ação conjunta dos diferentes atores foi fundamental não só para a revitalização do espaço como também para divulgação e mobilização dos moradores para a matrícula. A unidade escolar iniciou as atividades em 2018, apenas utilizando o primeiro andar do prédio. Em setembro de 2022, após um longo período de obras, passou a funcionar em melhores condições estruturais. O Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes atende a estudantes do Ensino Médio Integrado com Ênfase em Empreendedorismo, em horário integral, sendo o único na Maré com esse perfil.

A linha do tempo abaixo traça o histórico de criação das escolas na Maré:

Ampliação do Número de Escolas da Rede Municipal e da Estadual na Maré



⁴ O Plano Nacional de Educação com vigência de 2014 a 2024 estabelece metas e prioridades para educação nacional, sendo guiados pelas diretrizes, entre outras, de: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; [...] VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; [...] VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; [...]. (LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014).

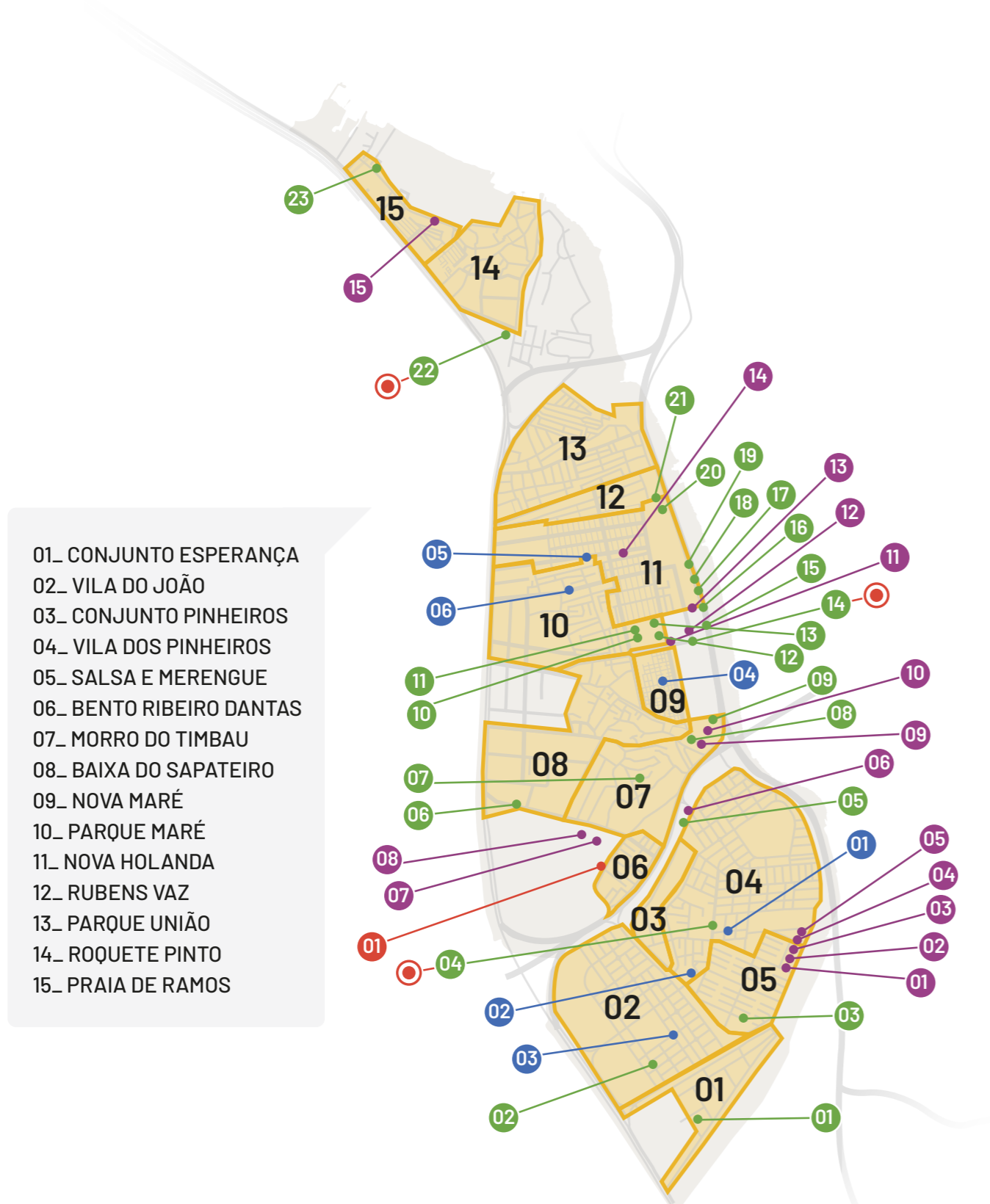
⁵ Criado em 2009, a partir de uma iniciativa da Redes da Maré para agregar as Associações de Moradores da Maré, o "Maré que Queremos" mantém encontros regulares desde então.

⁶ Sobre o histórico de mobilização comunitária pela educação na Maré, veja o livro: *Redes da Maré (2023), "Toda Menina na Escola: pelo direito à educação na Maré"*.

⁶ https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Toda_Menina_na_Escola_livro.pdf

Apesar deste avanço, as vagas disponíveis nas escolas da Maré ainda não dão conta de todas as crianças e adolescentes que buscam matrículas e nem todo o território da Maré está devidamente coberto, o que leva a um déficit quando contrastamos o número de alunos matriculados em escolas (aproximadamente 20 mil, segundo o Censo Escolar 2023) e a população em idade escolar na Maré (acima de 33 mil, segundo o Censo Populacional da Maré em 2013).

MAPA DAS UNIDADES ESCOLARES DAS 16 FAVELAS DA MARÉ



ESCOLAS MUNICIPAIS

- 01 E.M. Teotonio Vilela
- 02 E.M. Professor Josué de Castro
- 03 E.M. Vereadora Marielle Franco
- 04 Ciep Ministro Gustavo Capanema
- 05 E.M. Professor Paulo Freire
- 06 E.M. Bahia
- 07 E.M. IV Centenário
- 08 E.M. Escritor Bartolomeu Campos de Queirós
- 09 Ciep Operário Vicente Mariano
- 10 Ciep Presidente Samora Machel
- 11 E.M. Ginásio Escritor Millôr Fernandes
- 12 Ciep Elis Regina
- 13 E.M. Escritor Lêdo Ivo
- 14 E.M. Primário Erpídio Cabral de Souza
- 15 E.M. Primário Genival Pereira de Albuquerque
- 16 E.M. Ginásio Olimpíadas Rio 2016
- 17 E.M. Primário Osmar Paiva Camelo
- 18 E.M. Primário Lino Martins da Silva
- 19 E.M. Primário Nova Holanda
- 20 Ciep Hélio Smidt
- 21 E.M. Primário Med. Ol. Lucas Saatkamp
- 22 E.M. Tenente General Napion
- 23 Ciep Leonel de Moura Brizola

PEJA

- ⊙ Gustavo Capanema
- ⊙ Erpídio Cabral de Souza
- ⊙ Leonel Brizola

ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (EDIs)

- 01 EDI Med. Ol. Luiz Felipe Marques Fonteles
- 02 EDI Med. Ol. Evandro Motta Marcondes Guerra
- 03 EDI Med. Ol. William Peixoto Argona
- 04 EDI Med. Ol. Eder Francis Carbonera
- 05 EDI João Crisóstomo
- 06 EDI Pescador Albano Rosa
- 07 EDI Professora Solange Conceição Tricarico
- 08 EDI Professora Kelita Faria de Paula
- 09 EDI Pescador Isidoro Duarte
- 10 EDI Cremilda da Silva dos Santos
- 11 EDI Professor Moacyr de Góes
- 12 EDI Azoilda Trindade
- 13 EDI Maria Amélia Castro e Silva Belfort
- 14 EDI Professora Cleia Santos de Oliveira
- 15 EDI Armando de Salles Oliveira

CRECHES

- 01 Creche Municipal Vila Pinheiro
- 02 Creche Municipal Menino Maluquinho
- 03 Creche Municipal Tio Mário
- 04 Creche Municipal Professor Paulo Freire
- 05 Creche Municipal Nova Holanda
- 06 Creche Municipal Monteiro Lobato

CEJA

- 01 CEJA Maré

Na Educação Infantil, são seis creches, 15 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI) e três EDIs que atendem turmas de Pré-Escolar I e II. Segundo dados da Gerência de Supervisão de Matrícula (GSM) da 4ª CRE, em abril de 2023, havia 1.986 nomes nas listas de espera das unidades da favela Salsa e Merengue e 104 nas da Nova Holanda, todos de crianças entre 6 meses e 3 anos e 11 meses que não conseguiram vagas para as turmas de berçário, maternal I e maternal II.⁷ As listas de espera de 2024 não foram liberadas pela Secretaria Municipal de Educação, mas segundo informações da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro a partir de dados da Prefeitura do Rio, no final de 2023 havia 12.394 crianças de 0 a 6 anos esperando vagas no turno integral e 2.911 no turno parcial, em toda a cidade⁸. Justamente por não ter zerado a lista de espera para vagas na Educação Infantil, a Prefeitura do Rio foi multada em cerca de R\$ 2 bilhões em maio de 2024, por conta de uma Ação Civil Pública (ACP) instaurada pelo Ministério Público em 2009.

Como se vê, trata-se de um quadro crítico de falta de acesso da primeira infância à educação, que tem reflexos significativos no desenvolvimento psicomotor e na segurança alimentar de muitas crianças.⁹ Uma alternativa do governo municipal tem sido firmar convênios com unidades privadas, que passam a ser creches conveniadas.

Em 2024, há dez creches conveniadas na Maré, mas que ainda assim não dão conta da alta demanda.

Já no Ensino Fundamental, os Anos Iniciais são ofertados por 18 escolas. Dessas, em 2024, uma atende somente do 1º ao 3º ano, sete atendem do 1º ao 5º ano, nove atendem do 1º ao 6º ano - que é o primeiro dos Anos Finais do Ensino Fundamental - uma atende do 2º ao 7º ano e cinco vão do 6º ao 9º ano, em três áreas da Maré. Em abril de 2023, havia 1.491 estudantes no 1º ano e 657 no 9º. Isso significa que havia 56% menos matrículas no 9º ano em relação ao 1º ano do Ensino Fundamental, demonstrando o efeito prejudicial da redução do número de escolas que oferecem as etapas mais avançadas do ensino.

Adicionalmente, não há oferta de Ensino Médio, em diversas favelas - como Conjunto Esperança, Salsa e Merengue e Conjunto Pinheiro. Afinal, a rede estadual, que é responsável pela oferta de Ensino Médio, Regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos, conta com apenas quatro escolas para uma população de mais de 7.162 adolescentes de 15 a 18 anos de idade residindo na Maré.¹⁰

A Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental é oferecida por quatro unidades, sendo uma delas exclusiva para essa modalidade: o Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA Maré, no Morro do Timbau. Porém, apesar da Maré ser vizinha do Campus do Fundão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não há unidades federais disponíveis para a população e não há equipamentos de educação profissionalizante e tecnológica de jovens e adultos, como Institutos Federais, FAETEC, SENAI, SENAC, e demais que compõem o PRONATEC.

⁷ Idem, *Redes da Maré (2023)*, "Toda Menina na Escola: pelo direito à educação na Maré".

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Toda_Menina_na_Escola_livro.pdf

⁸ Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (2024), "Vaga em creche: Justiça multa Prefeitura do Rio em mais de R\$ 2 bi".

<https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/29788-Vaga-em-creche-Justica-multa-Prefeitura-do-Rio-em-mais-de-R-2bi>

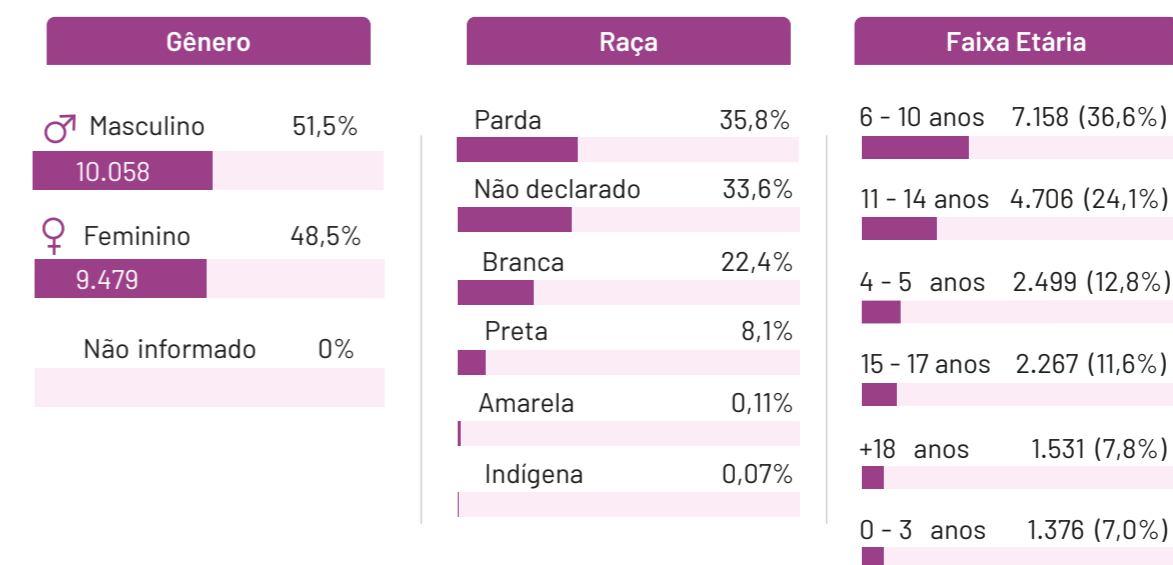
⁹ Sobre as condições de vida da primeira infância na Maré, veja: *Redes da Maré (2023)* "Primeira Infância nas Favelas da Maré: acesso a direitos e práticas de cuidado".

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Pesquisa_Primeira_Infancia_na.pdf

¹⁰ *Redes da Maré (2019)*, "Censo Populacional da Maré".

<https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>

Em relação ao perfil dos alunos das 49 escolas da Maré, de acordo com o Censo Escolar em 2023¹¹, havia 51,5% de estudantes do gênero masculino e 48,5% do gênero feminino. Em relação à raça, a maioria (43,9%) se identificou como preta e parda, 33,6% não declararam e 22,4% dos alunos disseram ser brancos. No recorte de faixa etária, o maior número de alunos estudando na Maré têm entre 6 e 10 anos: 7.158 crianças, ou seja, 36,6% dos estudantes. Já entre 0 e 3 anos, são 1.376 matriculados (7,0%); 2.499 (12,8%), com 4 e 5 anos; 4.706 (24,1%), de 11 a 14 anos; e 2.267 (11,6%), de 15 a 17 anos.



¹¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2024), "Censo Escolar 2023". <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

Crianças e adolescentes fora da escola: um problema persistente na Maré

Apesar da ampliação significativa do número de unidades escolares públicas no Conjunto de Favelas da Maré, de 19 para 49 nos últimos 20 anos, e do atendimento de cerca de 20 mil estudantes, um problema histórico ainda persiste: há crianças e adolescentes em idade de frequência obrigatória à educação formal fora das escolas ou infrequentes. Segundo dados do projeto Nenhum a Menos,¹² da Redes da Maré, no início dos anos 2000, 14 mil estudantes estavam matriculados nas unidades escolares da Maré, mas havia cerca de **1.200 crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos**, que não estudavam. Dados mais recentes do projeto de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola ou infrequentes, Toda Menina na Escola, realizado pela Redes da Maré com o Fundo Malala, mostram que, de abril de 2020 a maio de 2023, foram identificados **860 meninas e 775 meninos, de 5 a 20 anos, fora da escola ou infrequentes**, em todo o território da Maré. Uma situação, sem dúvida, agravada pela pandemia de covid-19, que aprofundou as desigualdades entre os mais pobres, como a maioria dos moradores da Maré, onde muita gente perdeu trabalho, renda ou adoeceu.

O trabalho da equipe do Toda Menina na Escola, nas 15 favelas da Maré, mostra que são múltiplas as causas que levam crianças e adolescentes a se afastarem das escolas ou jamais terem sido matriculados. Trata-se de uma camada da população vulnerabilizada, na qual, na maioria dos casos, as mães são as chefes e as únicas responsáveis em seus lares. Além da identificação dos alunos

evadidos ou com risco de evasão e da busca de vagas nas escolas públicas da região, a metodologia do projeto prevê a articulação com instituições locais e equipamentos públicos das áreas de educação, saúde, assistência social e cultura, em busca da efetivação dos serviços de proteção das famílias dessas crianças e adolescentes.

Outra estratégia do Toda Menina na Escola é a realização de ações de mobilização comunitária para sensibilização do direito à educação, cujo principal pilar, desde 2022, é a campanha *Vamos pra escola*, na qual a Redes da Maré oferece ajuda à população da Maré para a pré-matricula de jovens que estejam fora da escola. Em janeiro, etapa destinada aos alunos que ainda estão sem vagas, equipes da Redes da Maré realizam atendimento presencial em pontos estratégicos das favelas, para o auxílio das famílias nas inscrições. Como a pré-matricula só pode ser feita de forma virtual, é montada uma grande estrutura para garantir que ninguém perca a vaga por falta de acesso à internet.

Famílias e estudantes fazem fila em busca de vagas, mas, na prática, o que se viu, nas três edições da campanha, é que são muito poucas pré-matrículas disponíveis nas escolas da Maré. Em segmentos mais disputados, como 1º e 3º anos do Ensino Fundamental, não havia qualquer vaga desde o primeiro dia de pré-matricula para o ano letivo de 2024. Muitos responsáveis vão mais de uma vez aos polos de atendimento na esperança de conseguirem vagas em

escolas na região onde moram, para evitar que seus filhos tenham que se deslocar para longe para estudar. Apesar de a mobilização das famílias ter aumentado desde o primeiro ano da campanha, em 2022, o número de pré-matrículas efetivadas não seguiu o mesmo ritmo. E embora a campanha aconteça durante o período de pré-matrículas de alunos novos da Rede Municipal de Ensino, a equipe da Redes também ajuda na demanda por vagas nas escolas estaduais.

Na campanha *Vamos pra Escola* de 2024,¹³ houve busca para **416 vagas**, entre alunos do município e do estado, com efetivação de apenas **108** pré-matrículas gerais. Em 2023, foram feitos **318** atendimentos, com **137** pré-matrículas, e na primeira edição, em 2022, foram **175** atendimentos e **102** pré-matrículas. Em 2024, a procura foi de **363** vagas

para escolas do município, com **98** pré-matrículas realizadas, e **53** para as quatro unidades escolares do estado, com somente **10** concretizadas.

Ainda de acordo com levantamento do Toda Menina na Escola, muitas famílias insistem na busca de vagas próximas a suas casas para garantir maior segurança e facilidade no ir e vir de seus filhos, sobretudo quando são menores. É comum na Maré que os responsáveis contem com ajuda de vizinhos ou de filhos mais velhos como companhia para o deslocamento do aluno, por isso a importância de todos da mesma família estudarem próximos uns dos outros. Outro dado importante é a falta de transporte público interno entre as 15 favelas, dificultando o deslocamento de quem tem que estudar longe da favela onde mora.

Essas são questões que dimensionam a oferta em termos quantitativos, ainda sem entrar em discussão sobre a qualidade do ensino efetivamente ofertado na Maré. Outras questões estruturais também apresentam déficits relevantes que afetam tanto o acesso quanto a qualidade do ensino na Maré, como veremos a seguir.

A desigualdade e insegurança educacional em contextos de favela

A educação pública nas favelas do Rio de Janeiro é uma questão complexa e desafiadora, extremamente importante para se compreender o cenário educacional da cidade e do país como um todo. **A desigualdade socioespacial** é uma característica comum em muitas grandes cidades, com disparidades sociais entre diferentes áreas e bairros. Fatores que levam à desigualdade socioespacial são distribuição desigual de recursos, segregação residencial, disparidades de renda e emprego, acessibilidade e transporte,

além da violência.

O direito à educação (e o dever constitucional do Estado de garantir a educação básica a TODAS as crianças e adolescentes do país) é afetado diretamente pela desigualdade, especialmente em termos de acesso distinto a recursos educacionais, segregação educacional, desigualdades no desempenho acadêmico, desigualdades educacionais e no mercado de trabalho, entre outros. De acordo com o Censo Populacional da Maré, em 2013, 53,47% de seus habitantes não tinham

¹² Redes da Maré (2008), "Nenhum a Menos... e muitos esforços a mais!". <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/-Nenhum-a-menos5dc62d17076c3.pdf>

¹³ Redes da Maré, Campanha de Matrículas 2024. <https://www.redesdamare.org.br/noticia/125/campanha-de-matriculas-2024>

completado o Ensino Fundamental. Já a taxa de analfabetos entre pessoas a partir de 15 anos correspondia a 6% da população, sendo mais da metade mulheres.¹⁴

Muitos avanços foram registrados nos últimos 12 anos, com o já apontado crescente número de escolas para a região, mas uma série de outros fatores de ordem estrutural e orçamentária

impedem o exercício pleno do direito à educação na Maré. As escolas da Maré frequentemente enfrentam problemas relacionados à infraestrutura precária, falta de recursos, déficit de professores escolares, turmas superlotadas e carência de materiais didáticos adequados. Esses fatores acabaram afetando diretamente a **qualidade da educação** oferecida.

DADOS DO CENSO ESCOLAR 2023¹⁵ REVELAM QUE:



NENHUMA OFERECE ATIVIDADE COMPLEMENTAR; TODAS POSSUEM ÁGUA POTÁVEL; ENERGIA DA REDE PÚBLICA; ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Outro problema de acesso à educação se refere ao **transporte escolar**. Não há transporte público no interior da Maré, apenas transporte privado (como moto-táxi), portanto, a política pública de oferta de cartão para pagamento da tarifa do transporte público não funciona para alunos da região que precisam estudar em favelas diferentes das que residem.

Além disso, os altos índices de violência afetam diretamente o quadro de **insegurança nas escolas** e o percurso dos alunos às unidades escolares. A existência de confrontos armados em horário escolar prejudica diretamente o acesso à educação e o bem-estar dos estudantes e professores. Além do receio de mobilidade de famílias e estudantes, especialmente adolescentes do sexo masculino, as escolas da Maré são

fechadas regularmente por conta de operações policiais no território. Em 2022, 62% das operações policiais na Maré foram realizadas próximo a escolas e creches e, somente em 2023, foram 25 dias de aulas suspensas em decorrência de operações policiais.

Apesar da regulamentação do ano letivo com 200 dias, o Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, da Redes da Maré, mostra que, entre 2016 e 2023, foram 146 dias com **aulas suspensas** e **escolas fechadas** em decorrência de operações policiais, o que equivaleria a 73% de um ano letivo perdido, em 6 anos, para alunos que residem na Maré. Só nos cinco primeiros meses de 2024, houve 15 operações policiais, com 14 dias de escolas fechadas.



Fonte: Boletins Segurança Pública na Maré 2016-2023
<https://www.redesdamare.org.br/publicacoes>

É importante frisar que estamos falando de um **problema causado pelo próprio estado do Rio de Janeiro, na condução de sua política de segurança pública, que prejudica sua atuação na educação**. É, portanto, dever do Estado dar conta do problema que cria para si, sem negligenciar os direitos da população. Ainda, o estado do Rio de Janeiro descumpra sistematicamente a ação

judicial que corre no Supremo Tribunal Federal, a ADPF 635 de 2019, conhecida como “ADPF das Favelas”, que restringe a realização de operações policiais próximo a unidades escolares, durante o horário escolar. Entre outras, essa é uma das medidas que visam a proteção das milhares de crianças e adolescentes moradoras de favelas durante confrontos armados.

¹⁴ Redes da Maré (2019), “Censo Populacional da Maré”.

<https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>

¹⁵ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2024), “Censo Escolar 2023”.

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

Impactos da pandemia na Educação¹⁶

Para além das questões estruturais na sociedade brasileira que levam à desigualdade educacional, a crise sócio-sanitária da covid-19 mudou por completo o cenário da educação no Brasil e no mundo. Da suspensão das aulas presenciais, em março de 2020, até os esforços para oferecer ensino remoto, ensino híbrido e, por fim, reabrir as escolas por completo, a pandemia bagunçou com a vida de alunos e professores e seus efeitos seguem prejudicando a formação escolar de uma geração de estudantes.

Segundo a pesquisa Covid-19 e o Acesso à Educação nas 16 Favelas da Maré, 69% dos alunos reconheceram como a pandemia prejudicou seus estudos.

Entre os motivos apontados, estão a dificuldade de adaptação ao ensino remoto (35%) e problemas de aprendizagem (28%). Uma parcela dos alunos disse que não conseguiu se organizar (20%) ou estudar (18%) nesse período, enquanto (16%) afirmaram nem sequer ter compreendido o que precisavam fazer para seguir com os estudos. As dificuldades também foram de natureza emocional, como desmotivação (21%) e tristeza (9%), além de problemas com a própria saúde (9%). Sem falar na falta de acesso à internet. É alarmante que 26% dos estudantes afirmaram não ter aprendido “nada” durante a pandemia. Quando se junta esse grupo com os 48% que disseram ter aprendido “pouco”, chega-se ao impressionante percentual de 74%.

A pesquisa Educação de Meninas e COVID-19 no Conjunto de Favelas da Maré¹⁷ mostra como a covid-19 afetou a educação de meninas e mulheres na Maré. Mais de um terço delas – 34,7% – disseram não ter acesso à internet em casa, enquanto 26,6% relataram que suas escolas não estavam oferecendo atividades remotas. A análise por faixa etária mostra que 32% das alunas de 11 a 14 anos afirmaram estar estudando cinco dias por semana ou mais – maior percentual registrado. No extremo oposto, apenas 19,2% das mulheres de 25 anos ou mais assinalaram essa opção. Já o maior percentual de alunas que relataram estar estudando, no máximo, dois dias por semana foi registrado entre as adolescentes de 15 a 17 anos, com 41,5%.

No Rio de Janeiro, em outubro de 2021, com a retomada integral das aulas presenciais na rede estadual e na rede municipal da capital, os números divulgados pelas Secretarias foram alarmantes. Estimativa da própria rede municipal indicava que 25 mil estudantes abandonaram as escolas no último bimestre. Dados da rede estadual, indicavam que cerca de 80 mil estudantes poderiam ter deixado a escola.¹⁸

Na prática, o que se percebeu na Maré foi que o quadro de interrupção dos estudos por jovens devido às injustiças sociais ganhou novos elementos: o agravamento de dificuldades socioeconômicas, a necessidade de contribuir para os rendimentos da família, o dever de cuidar de familiares adoecidos, as dificuldades de acessar o modelo de ensino remoto, e o problema de conciliar rotinas familiares e rotinas escolares. Tudo isso só acirrou as desigualdades educacionais de estudantes mareenses em relação aos de outros bairros da cidade.

¹⁶ Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: impactos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (2022). https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Educacao_Pesquisa_Mare.pdf

¹⁷ Educação de meninas e COVID-19 no Conjunto de Favelas da Maré (2021) https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/educacao_meninas_covid_complet.pdf

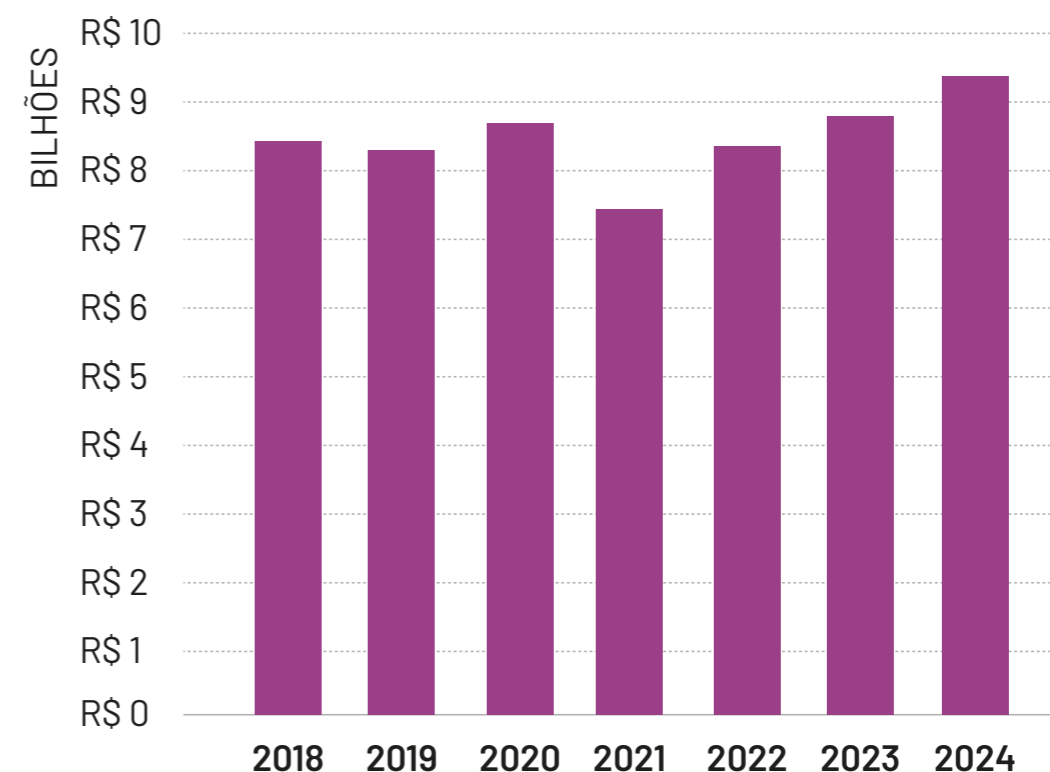
¹⁸ Larissa Schmidt, “Município do Rio contabiliza 25 mil alunos que abandonaram a escola; evasão na rede estadual pode chegar a 80 mil estudantes”. G1/Globo, 18/10/2021. Acesso em: 02/02/2024. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/18/municipio-do-rio-contabiliza-25-mil-alunos-que-abandonaram-a-escola-evasao-na-rede-estadual-pode-chegar-a-80-mil-estudantes.ghtml>

O orçamento para o ensino municipal e estadual

A análise do orçamento é peça chave em qualquer tipo de avaliação de política pública, principalmente sob a perspectiva territorial. A observação dos recursos públicos destinados às diferentes regiões do estado e do município do Rio de Janeiro, muitas vezes, nos dá respostas a respeito das causas das dificuldades e dos privilégios encontrados pelos cidadãos em seus territórios. Nesta seção, investigamos as previsões e despesas educacionais em ambas as esferas administrativas do Rio de Janeiro, com um olhar territorial a partir dos valores referentes aos repasses descentralizados e dados sobre o custo por aluno. Todos os dados estão deflacionados pelo IPCA-E de novembro de 2023.

A educação é a maior função do orçamento do município do Rio de Janeiro, correspondendo, em média, a 21% de todas as despesas. Para 2024, o orçamento previsto pela Prefeitura prevê um crescimento de 7% para essa função, o maior aumento desde 2021, ano da pandemia. No entanto, a participação da educação no orçamento total vem caindo desde 2023, o que demonstra que o gasto nesta área cresce em velocidade menor do que o agregado. O gráfico abaixo mostra a evolução dos valores previstos para a pasta, desde 2018.

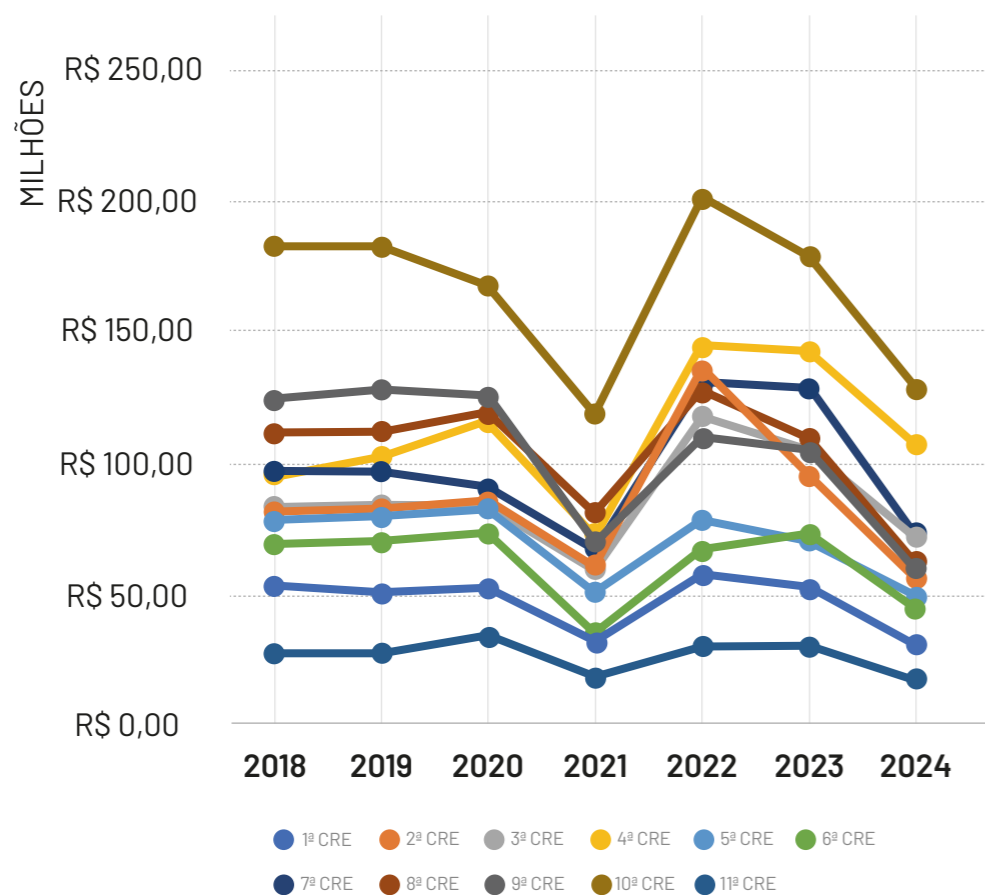
Gráfico 1_ Orçamento da função Educação no Município do Rio de Janeiro de 2018 a 2024 em R\$ Bilhões



Fonte: Lei Orçamentária Anual 2018-2024

O orçamento da Educação é dividido pelo Gabinete da Secretaria Municipal de Educação, responsável por administrar a maior parcela, incluindo o gasto total com pessoal, e pelas 11 Coordenadorias Regionais de Educação, que têm autonomia para realizar alguns tipos de despesa, como manutenção, revitalização e merenda escolar. Cada uma das CREs abrange diversos bairros, o que dificulta uma análise orçamentária localizada. No gráfico abaixo, vemos o orçamento previsto para cada CRE, desde 2018. É interessante observar que, a despeito de algumas variações anuais, os valores destinados às CREs seguem uma tendência muito semelhante. A 4ª CRE, onde estão alocadas as unidades na Maré, saiu do quinto maior orçamento em 2018 para o segundo em 2024, ficando atrás apenas da 10ª CRE, de Santa Cruz.

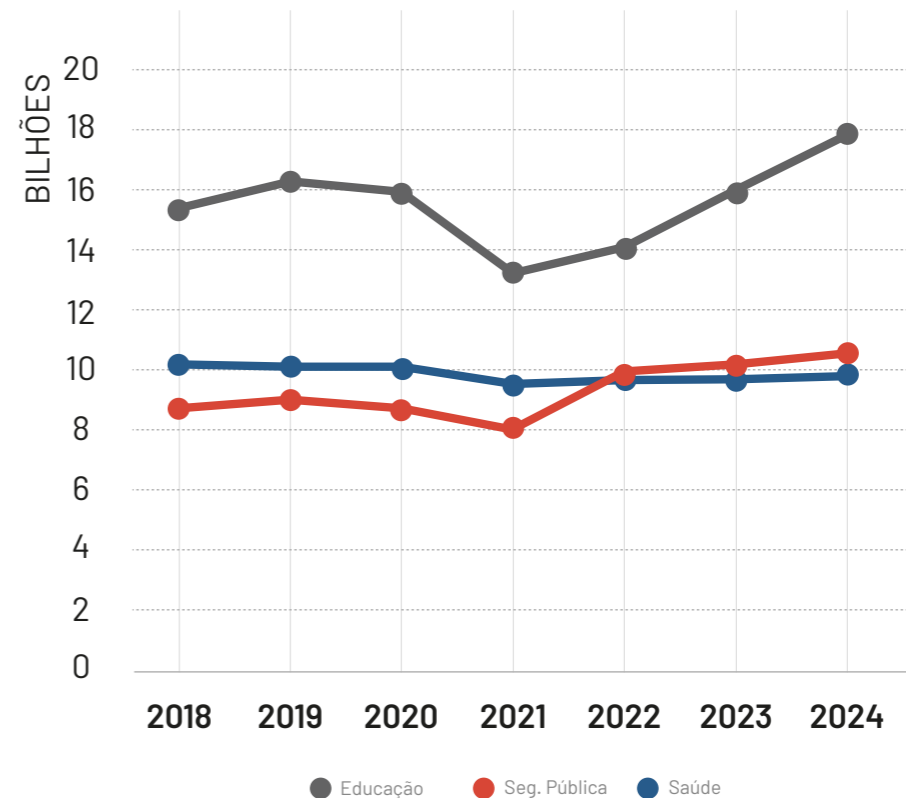
Gráfico 2_ Orçamento previsto das Coordenadorias Regionais de Educação do Município do Rio de Janeiro (por Milhões de Reais)



Fonte: Lei Orçamentária Anual 2018-2024

No caso do estado do Rio, o orçamento da Educação, atualmente, só não é maior do que o da Segurança Pública e da Saúde. Tradicionalmente, a Segurança Pública predomina no orçamento estadual, mas a Saúde ganhou o posto de segundo lugar a partir de 2022, como mostra o gráfico abaixo. Essa mudança na composição das principais pastas do estado do Rio de Janeiro é consequência de uma pequena queda do orçamento da educação entre 2018 e 2024, enquanto o da saúde apresentou um crescimento significativo.

Gráfico 3_ Orçamento das principais funções do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Lei Orçamentária Anual 2018-2024

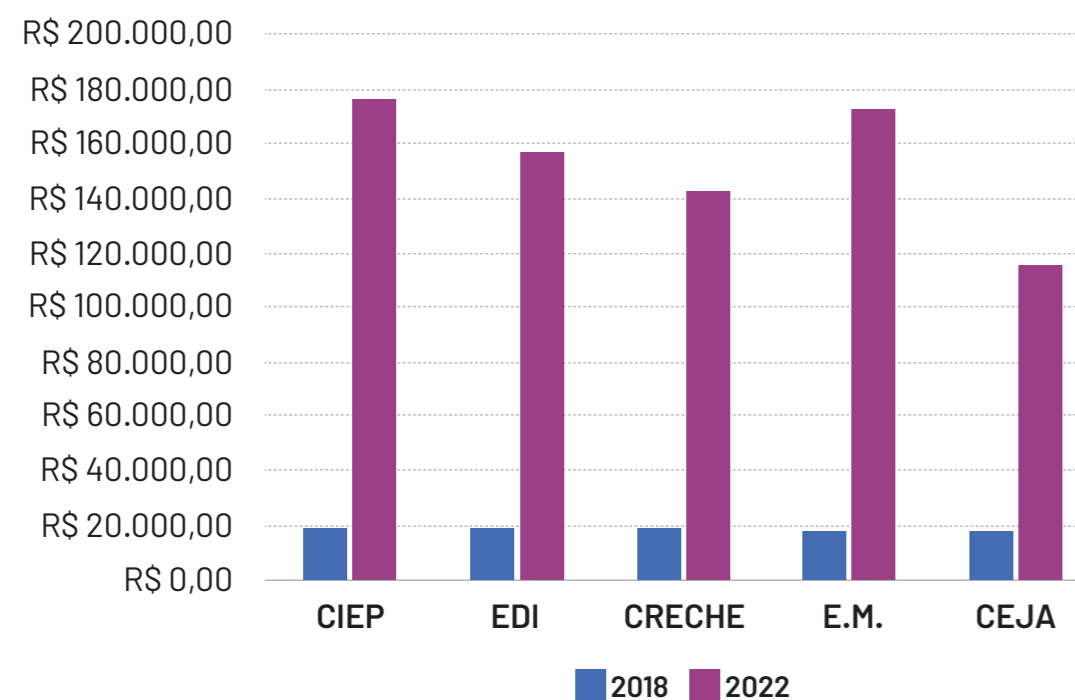
A rede estadual de educação possui 14 Diretorias Regionais, que ocupam amplas regiões do território. A Diretoria Regional Metropolitana III - onde está localizada a Maré - e IV ocupam a maior parte da capital carioca e são as regiões que têm mais escolas entre todas as diretorias, ambas com 107 unidades.

Como foi mencionado anteriormente, não é possível identificar o orçamento total de cada unidade escolar e, portanto, uma análise dos gastos educacionais por bairro fica impossibilitada. Entretanto, nos anos recentes houve um crescimento das despesas chamadas de repasses descentralizados, que as escolas têm autonomia para gerir e alocar em ações voltadas à manutenção, aquisição de bens móveis e imóveis e outras despesas emergenciais, fato que permite uma análise comparativa de uma parcela dos recursos destinados

às unidades escolares. Apesar de haver limites neste tipo de análise, é possível traçar um panorama inicial do orçamento sob autonomia das escolas.

Entre 2018 e 2022, no município, os valores repassados às escolas da Maré foram ampliados significativamente, como pode-se observar no gráfico abaixo. Isso decorreu, entre outros fatores, tanto do reajuste do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2022, quanto do repasse de recursos do PDDE Emergencial no contexto da pandemia da covid-19. Esses recursos são administrados pelo Sistema Descentralizado de Pagamento (SDP), por onde os valores são repassados às CREs, que por sua vez distribuem o montante recebido entre as unidades escolares, de acordo com as necessidades apresentadas em termos de gastos com manutenção, aquisição de bens móveis e imóveis e outras despesas emergenciais. Portanto, não há metodologia de cálculo para a distribuição dos recursos, sendo a decisão responsabilidade da Coordenadoria, em exceção à parte que concerne ao PDDE, recursos estes que são diretamente direcionados às unidades escolares, pelo governo federal, levando em consideração o quantitativo de alunos, com base no Censo Escolar. Com isso, apesar da recente ampliação de repasses, não se pode avaliar que isso resultou em melhorias significativas nas escolas.

Gráfico 4_ Média de repasses descentralizados por tipo de unidade escolar sob administração da Prefeitura do Rio de Janeiro em 2018 e em 2022 na Maré

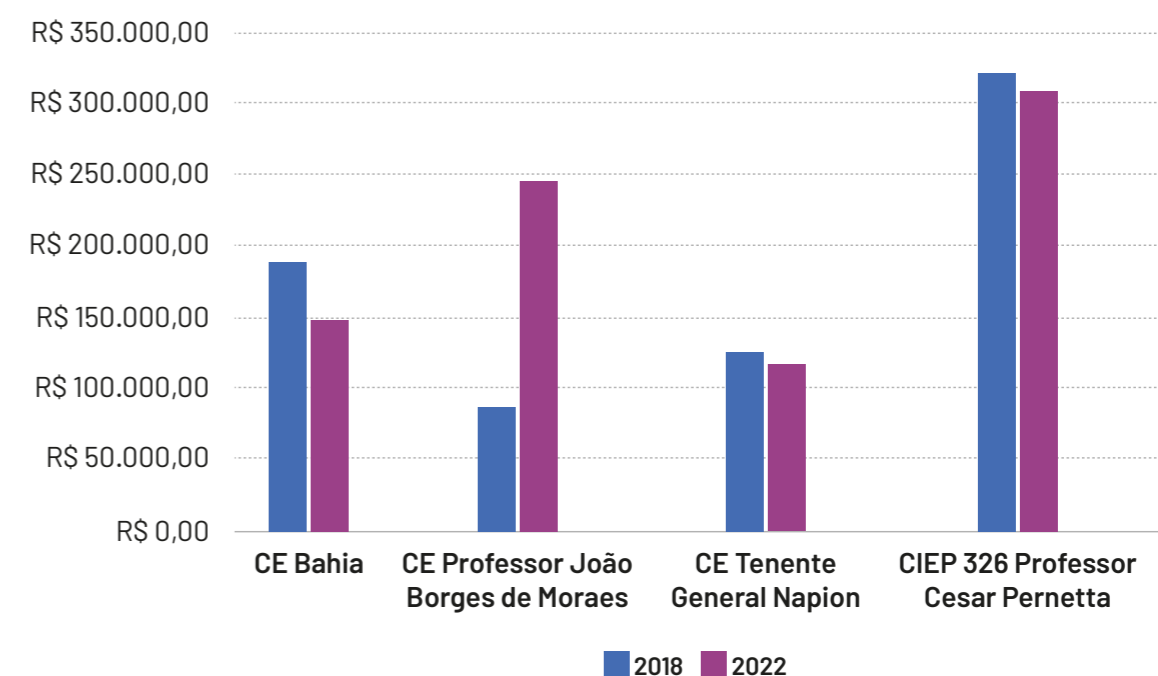


Fonte: SME

Já no estado, a metodologia de distribuição segue lógica diferente e a análise desse período não nos dá o mesmo panorama. A SEEDUC calcula quanto cada unidade deve receber dos repasses de acordo com o quantitativo de alunos, com variações decorrentes de características estruturais da escola e seus alunos (modalidade, agrícola, indígena, quilombola, integral/parcial, metragem).

Das quatro unidades escolares na Maré com dados disponibilizados pela SEEDUC, somente uma delas apresentou aumento nos repasses de 2018 para 2022, o Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes.

Gráfico 5_ Repasses descentralizados por unidade escolares do Estado do Rio de Janeiro em 2018 e 2022 na Maré



Fonte: SEEDUC

Em ambas as esferas, os recursos repassados para as escolas com o objetivo de melhorar e adequar a estrutura física passam por uma avaliação dos órgãos técnicos, que colocam em ordem de prioridade as fragilidades encontradas. Unidades que apresentem problemas estruturais podem receber mais recursos anuais para intervenções pontuais ou de maior porte. No caso do município, a SME mantém o Programa Conservando Escolas (PCE), que realiza intervenções pontuais quando necessário, e, por meio de recursos descentraliza-

dos, as direções das unidades têm autonomia para executar serviços destinados a aprimorar suas instalações físicas. Quando uma unidade apresenta fragilidades de maior porte, apontadas por órgãos técnicos, estas são mapeadas para encaminhamento via licitação de obra, de acordo com o planejamento orçamentário.

No estado não é diferente. A SEEDUC recebe as demandas, realiza vistorias, coloca as fragilidades em ordem de prioridades e elabora projetos de engenharia para, então, descentralizar os recursos. Em apresentação sobre o Plano de Ação, o estado reconheceu as razões para não intervenção: indisponibilidade de recursos, identificação de demanda solucionada, atraso na retirada de licenças e inconsistência documental por parte das empresas contratadas. O risco nesse processo é de as decisões estarem à mercê de jogos políticos e não das verdadeiras necessidades territoriais e da população.

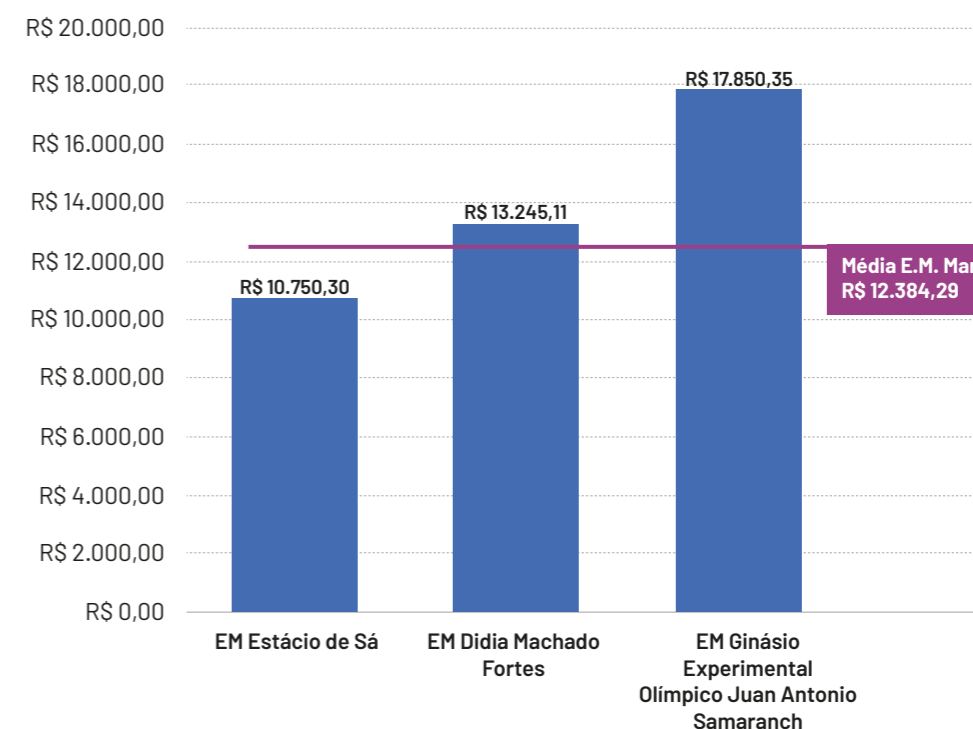
É importante atentar-se aos dados referentes aos repasses descentralizados, que são uma pequena parcela do orçamento total destinado às escolas. Para uma investigação mais completa, a análise do indicador “custo por aluno anual”, disponibilizado em relatório da Controladoria Geral do Município (CGM) é pertinente, à medida que leva em consideração o quantitativo de alunos, turnos de atendimento, unidade finalística, segmento, pessoal, gêneros alimentícios, material de consumo, serviços e transferências. A ideia desse indicador é apurar o custo proporcional, por unidade, de todos os insumos necessários para que a atividade da escola se realize, o que envolve parte das atividades de órgãos intermediários e centrais e os desembolsos realizados pela própria escola.¹⁹

Ao compararmos a média das escolas municipais na Maré com o custo em unidades da Urca (E.M. Estácio de Sá), da Barra da Tijuca (E.M. Didia Machado Fortes) e Santa Teresa (E.M. Ginásio Experimental Olímpico Juan Antonio Samaranch), encontramos grande discrepância, com destaque para a E.M. Ginásio Experimental Olímpico Juan Antonio Samaranch, que apresenta um custo por aluno de quase R\$18 mil, sendo uma escola que conta com área verde, quadra de esporte, piscina e ateliê de artes, segundo dados do Censo Escolar 2023. Vale ressaltar que a escola municipal com maior custo por aluno na Maré, a E.M. Olimpíadas Rio 2016, chega somente a R\$15,2 mil, com atendimento a 611 estudantes em abril de 2023.

Por fim, é preciso lembrar que a análise territorial dos gastos públicos esbarra na falta de transparência e no baixo detalhamento dos dados disponíveis. Apesar de importantes para a análise da situação orçamentária da educação na Maré, os dados apresentados não são conclusivos e ainda carecem de informações mais detalhadas, que não estão disponíveis. O que sabemos, e não temos dúvida, é que as escolas da Maré não recebem recursos em acordo com suas necessidades, o que pode ser visto quando comparadas com unidades de outros bairros. O aumento dos repasses é importante, mas os dados do Censo de 2023 são preocupantes e apontam para a necessidade de ampliação dos recursos para que de fato atendam as demandas e especificidades das escolas na Maré.

¹⁹ Ainda que a escola não disponha de informações sobre os custos envolvidos em tais atividades, ela pode identificar a proporção do tempo de trabalho de seus profissionais dedicado a tais atividades.

Gráfico 6_ Comparação da média do custo por aluno nas escolas municipais da Maré com escolas municipais de Urca, Barra da Tijuca e Santa Teresa



Fonte: SME Rio



Principais demandas da educação na Maré

Os desafios para a educação em contextos de favela são múltiplos em decorrência dos acúmulos de violações e negligências de direitos que são, simultaneamente, causa e consequência de uma distribuição injusta dos recursos públicos na cidade.²⁰

A Carta para a Educação da Maré,²¹ lançada em 2023, apresenta propostas e recomendações urgentes para a melhoria do ensino e ampliação do direito à educação no território. O documento coletivo reúne vozes de quem trabalha e vive nas escolas da Maré (educadores, seus estudantes ou ex-alunos, além de profissionais de outras organizações do território) e apresenta 42 propostas e recomendações, contemplando os cinco pontos de discussão do 4º Seminário de Educação da Maré: interseções entre território, gênero e raça; alfabetização e letramento; educação pública na Maré na perspectiva do direito; desafios e potencialidades na Maré; e o Novo Ensino Médio e os desafios para os jovens das favelas. Destacam-se os seguintes pontos:

- Criação de uma CRE para a Maré considerando a especificidade territorial, densidade populacional e o significativo número de unidades educacionais da Maré.
- Garantir a presença de mediadores para estudantes PCD, a partir dos direitos já estabelecidos por lei, mas que ainda hoje não acontecem na prática. Oferecer profissionais de apoio e suporte em sala, transporte, benefícios assistenciais para esses estudantes.
- Aumentar o número de vagas nas creches públicas e conveniadas.
- Oferecer vagas de todos os segmentos em todas as favelas da Maré, para atender à demanda da população, garantindo o direito constitucional e contornar o afunilamento de vagas no 2º segmento e Ensino Médio. Ampliar o número de escolas de Ensino Médio, com opções de turno. Hoje são apenas 4 escolas para toda a população da Maré, com a maioria das vagas concentradas no turno da noite.
- Garantir condições para que os estudantes da EJA consigam permanecer em sala de aula, oferecendo aulas em diferentes turnos, alimentação, flexibilidade com horário e alternativa para locomoção entre as favelas.
- Implementação da Lei federal 13.935, promulgada em 2019, que estabelece a obrigatoriedade da atuação de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas.
- Elaborar um plano de manutenção e recuperação da infraestrutura das escolas, a partir de diálogo com as secretarias do município e do estado, para resolver problemas de rede elétrica, abastecimento de água, infiltrações, capina.

redes
da
maré



DOE PELO SITE E SIGA AS NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.redesdamare.org.br  21 9992 4=6462

   [redesdamare](#)  [redesdamareoficial](#)

²⁰ Wissenbach, Tomás (2019). "A Dimensão Territorial do Orçamento Público: orientações para regionalização do gasto nas cidades brasileiras", Fundação Tide Setubal.

https://fundacaotidesetubal.org.br/midia/publicacao_2983.pdf

²¹ Redes da Maré (2023), "Carta para a educação da Maré".

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CartaEducaoMare_2023.pdf